



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



**Título:** Algumas reflexões sobre a mercadoria *crack* no município do Rio de Janeiro

**Proponente:** Ana Paula Cardoso da Silva

**Natureza do trabalho:** Reflexão teórica

**Eixo:** V - Ética, Direitos Humanos e Serviço Social (Tema: Direitos Humanos)

**Formação e Titulação:** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Pós-graduanda do Curso de Especialização em Assistência Social e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do Hospital Federal dos Servidores do Estado do Ministério da Saúde.

**Instituição:** Universidade Federal Fluminense

**Telefones:** (21) 2652-3049 e (21) 98838-2712

**E-mail:** as.anapaula@gmail.com



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A MERCADORIA CRACK NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

**Resumo** - Considerando a complexificação da questão social brasileira e o aumento do consumo do crack no Município do Rio de Janeiro no cenário de crise do capital e da sua nova pedagogia da hegemonia, o referido trabalho pretende realizar uma análise crítica sobre o consumo do crack no referido município e o impacto desta *mercadoria* nesta sociedade, e para o Poder Público. Vale destacar que a reflexão a ser realizada levará em conta a tríade: homem, droga e contexto de uso, além de enfatizar o estigma e os rótulos depreciativos que os dependentes desta droga estão submetidos dentro de uma sociedade de consumo capitalista, sendo vistos pela maioria como “cracudos” e não como sujeitos de direitos.

**Palavras-chave** - crack; mercadoria; crise; estigma; direitos.

**Abstract** - Considering the complexity of Brazilian social issues and increasing consumption of crack in the municipality of Rio de Janeiro in the capital crisis context and its new pedagogy of hegemony, this paper intends to carry out a critical analysis of the consumption of crack in the municipality and the impact of this drug in this society and to the Government. Note that the reflection to be held will take into account the triad: man, drug and use context, as well as emphasizing the stigma and derogatory labels that dependent on this drug are submitted within a capitalist consumer society, being seen by most as "cracudos" and not as citizens.

**Keywords** - crack; drug; crisis; stigma; rights.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## 1 - INTRODUÇÃO

Considerando o atual cenário de “agravamento da barbárie provocado pela crise geral do capitalismo” (SAMPAIO JR, 2009, p. 95) e das agudizações das contradições na expansão deste sistema na “forma capital-imperialista” (FONTES, 2009, p. 245), o presente trabalho pretende refletir acerca da temática do crack e dos seus usuários, no município do Rio de Janeiro, compreendendo a referida droga como uma mercadoria em um contexto de crise do capital e sob a ação da “nova pedagogia da hegemonia” (LIMA, 2005, p. 43) do mesmo.

No Rio de Janeiro, seu ingresso passou a ser constatado em 2005, numa fase “liberal revisitada” (WERNECK VIANNA, 2005), e com isso vem crescendo significativamente uma parcela de sujeitos usuários de crack. Cabe salientar que “a afirmação do projeto neoliberal cria novas formas de marginalização pela produção de sujeitos descartáveis, excluídos” (ACSERALD, 2000, p. 13).

É de suma relevância focar que a reflexão que será realizada acerca da dependência do crack, considerará a tríade: homem, droga e contexto de uso, tendo em vista que a análise sobre qualquer tipo de droga deve levar em conta o “encontro de um produto, de uma personalidade e de um momento sociocultural” (OLIEVENSTEIN, 2003, p. 38).

A seguir, veremos de maneira sucinta como o Poder Público vem atuando na questão dos usuários de crack, tendo por base o Programa “*Crack, é possível vencer*”; sobre qual conjuntura estamos falando e como a mídia ajuda a propagar a ideia equivocada da *epidemia* desta droga, contribuindo para estigmatizar estes usuários, não os vendo como sujeitos de direitos, protagonistas de suas vidas, mas como objetos de uma intervenção estatal pontual, fragmentada e ineficaz.

## 2 - Refletindo sobre a mercadoria crack no município do Rio de Janeiro



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A análise marxiana sobre a riqueza da sociedade está centrada numa premissa dialética, ou seja, tanto a riqueza como a pobreza são fenômenos historicamente determinados. No que tange à riqueza das nações, diferente do liberal Adam Smith, o pensador alemão nos revela que a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista “aparece como uma imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1996, p.165).

A mercadoria é todo objeto que satisfaz a humanidade sejam eles meros desejos ou necessidades básicas, podem saciar a fome (alimentos industrializados) ou servir de adorno para o corpo (brincos, *piercing*) podem ser imprescindíveis para edificar construções (como instrumentos de trabalho) ou para produzir entorpecimento ou delírios momentâneos (como as drogas).

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (MARX, 1996, p. 165).

Considerando que: “os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico” (MARX, 1996, p.165), o uso de drogas é um ato histórico. Dessa forma, há que se considerar o contexto social, econômico, político e cultural de tal uso, e o homem enquanto sujeito histórico.

Uma mercadoria como o crack, assim como todas as ações destinadas ao seu enfrentamento e tratamento apresentam muitas contradições e as explicações que justificam a necessidade de consumo, bem como aquelas que sinalizam a omissão dos governos em seu enfrentamento por meio de políticas públicas são bastante complexas e difíceis de serem equacionadas.

Há que se entender o crescimento do consumo do crack<sup>1</sup> na complexificação das expressões da questão social brasileira, em particular com a sua entrada no município do Rio de Janeiro. Vale frisar que havia uma resistência inicial para a entrada do crack no

---

<sup>1</sup> O crack é produzido a partir da cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água, gerando um composto, que pode ser fumado ou inalado. O nome “crack” vem do barulho que as pedras fazem ao serem queimadas durante o uso.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



estado do Rio de Janeiro, por parte do narcotráfico, tendo em vista que se trata de uma droga de baixo custo e alto potencial lesivo em curto tempo, sendo assim, “a relação custo e benefício não compensava<sup>2</sup>”.

Cabe destacar que um quantitativo considerável das pessoas dependentes de crack ao mesmo tempo em que se refere a uma parcela da sociedade que sequer irá figurar como o chamado “exército industrial de reserva”, pois são “supérfluas para o capital” (IAMAMOTO, 2012) e dessa forma, principais alvos do encarceramento e da eliminação física, as políticas sociais, pautadas pela perspectiva dos direitos humanos, ainda assim enumeram uma série de ações para atuar no enfrentamento dos efeitos provenientes do uso do crack, tendo como pano de fundo a “Terceira Via”, um Estado “forte” e “necessário” (NEVES, 2005, p. 51).

Essa “nova cultura cívica” almeja a consolidação da “coesão social”, do “empreendedorismo” e da “ação voluntária dos indivíduos”, ficando assim, o individualismo cada vez mais intensificado e estimulando a competitividade entre as pessoas.

Diante disso:

o desemprego e a pobreza são interpretados como infortúnios ou consequência da incapacidade individual e devem ser enfrentados por intermédio de valores morais positivos universalmente válidos e mecanismos relacionados à ajuda mútua. Trata-se, aqui, como indica a própria Terceira Via, de uma articulação da “teoria do capital humano” com aquilo que vem sendo denominado “capital social (GIDDENS, 2001b apud LIMA, 2005) no cenário de um capitalismo dito responsável.

Refletindo sobre os dependentes de crack a partir desta análise, a sociedade civil culpabiliza o indivíduo pela sua relação com a droga, sobretudo, no que tange a uma droga tão fortemente estigmatizada, desconsiderando o seu contexto de uso. Logo: “a pobreza e o aumento da desigualdade social acabariam sendo responsabilidade e culpa não só de países, mas também de indivíduos incapazes de, em um mundo cheio de possibilidades, informar-se e participar” (MELO, 2005, p. 77). Essa é a ideia propagada.

---

<sup>2</sup> Trecho extraído do “Plano de Trabalho do Serviço Especializado de Abordagem Social Itinerante” referente ao “Projeto de acompanhamento socioassistencial das pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas”, de fevereiro de 2013.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

No que se refere à intervenção do Poder Público, é imprescindível salientar que a atual política de enfrentamento ao crack brasileira está pautada no Programa “*Crack, é possível vencer*”, lançado em 2011, o qual integra diversas políticas públicas, envolvendo ações do *Ministério da Educação*; do *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*; *Ministério da Justiça* e *Ministério da Saúde*, coordenadas por estes dois últimos, e suas estratégias estão organizadas em três eixos: PREVENÇÃO, CUIDADO e AUTORIDADE.

Com relação aos objetivos dos Eixos: Prevenção; Cuidado e Autoridade, dizem respeito, respectivamente, à/ao: educação, informação e capacitação; aumento da oferta do tratamento de saúde e atenção aos usuários e enfrentamento ao tráfico de drogas e às organizações criminosas.

Vale contextualizar os eventos internacionais que se aproximavam: a Copa do Mundo, em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, dos quais urgiam a necessidade de uma *maquiagem* da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos mesmos, da qual as cracolândias não poderiam fazer parte do cenário da “cidade maravilhosa”.

Isto porque, com relação às cenas de uso do crack tratava-se:

de acelerar um projeto de cidade, no qual esse público em situação de rua e com agravos sociais e de saúde deveriam sofrer uma intervenção hiperselativa, que fundamentalmente os afastassem das áreas nobres e previstas para os eventos desportivos do Rio de Janeiro (LIMA, CARRILHO, TAVARES, 2013, p. 12).

Apresentado equivocadamente pela mídia como uma “*epidemia*”, o aumento do consumo de crack no Município do Rio de Janeiro tem fomentado várias ações, em sua maioria, questionadas “pelo conjunto dos atores sociais e institucionais que, até hoje, protagonizaram a formulação das políticas públicas em saúde mental nos marcos da Reforma Psiquiátrica<sup>3</sup>”, sobretudo, no que tange às internações compulsórias e as chamadas, Comunidades Terapêuticas, financiadas por esta construção midiática de uma política higienista, através de uma resposta rápida e violadora de direitos.

---

<sup>3</sup> Vide *Relatório de inspeção em comunidades terapêuticas financiadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro*. Via CRESS 607, 2013.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



### 3 – Sujeitos de direitos ou “cracudos”?

Com fins de uma melhor análise sobre a proliferação do consumo de drogas na sociedade capitalista e em particular, do crack, são de grande valia as reflexões que se seguem.

Diante da crise mundial do capital, inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos se intensificaram também na sociedade brasileira, deixando cada vez mais distante a utopia humana de um estado de felicidade plena. Muito pelo contrário, os momentos de felicidade, alegria e prazer são bastante raros na vida da maioria das pessoas. Sob este prisma, a droga historicamente apareceu como uma “válvula de escape” a tais problemas.

Vale sinalizar aqui que o homem está sempre em busca das mais heterogêneas estimulações: prazerosas, místicas, religiosas, terapêuticas, artísticas, sociais, dentre outras, e daí se conclui que: “o ser humano é, ele próprio, psicoativo” (CONSELHO FEDERAL DE ENTORPECENTES, 1992, p. 15).

Diante disso, cada pessoa tem que encontrar da sua maneira, meios de “lidar com os sofrimentos inevitáveis [...] que a própria condição humana acarreta” (GONÇALVES, DELGADO e GARCIA, 2003, p. 123).

Todavia, há que se considerar que:

Pregar a eliminação das drogas na vida social é ingenuidade, se não fanatismo irreal. Tratar de *reduzir* seus estragos, quer das ilícitas quer das lícitas (...) Querer proibi-los, seja pela repressão, seja pela condenação moralista, não surte efeito, pois as drogas fazem parte da vida, inclusive das suas dimensões de valor, como o prazer, o lazer e o belo (BUCHER, 1992, p. 32, grifos do autor).

Há que se compreender a questão das drogas na sua totalidade e heterogeneidade, isto é, relacionando-a a múltiplos condicionantes: sociais, econômicos, culturais, subjetivos. Portanto, a droga “afeta as pessoas de diferentes maneiras, por diferentes razões, em diferentes contextos e circunstâncias” (BRASIL, 2003, p. 8 apud OLIVEIRA, 2004).

Numa sociedade capitalista, em que o “ter” é valorizado em detrimento do “ser”, “só o extraordinário interessa e não há espaço para os pequenos prazeres que a vida oferece. Por isso, é tão fácil cair na frustração” (LIMA apud VOMERO, 2001, p. 55).



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

Assim, a realidade contemporânea é muito propícia ao uso de drogas e considerando que se trata de uma sociedade de consumo, de fato, “não há melhor consumidor do aquele que depende absolutamente da mercadoria” (OLIEVENSTEIN, 2003, p. 120).

Vive-se em uma sociedade narcísica, competitiva, na qual as necessidades são respondidas via mercado, havendo uma coisificação das relações humanas e favorecendo com isso, padrões de consumo preocupantes, abusivos e dependentes.

Cabe sinalizar que no contexto do “social-liberalismo”, “se na população está a causa dos problemas, na população também poderiam estar suas soluções” (MELO, 2005, p. 80), daí tanta ênfase no termo *empoderamento*, como se apenas o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos fosse o necessário para superarem situações *desfavoráveis*.

As políticas sociais atuais são pautadas no referido termo como o principal fim para a superação da condição de subalternidade dos seus usuários, como se fosse possível tal superação dentro do status quo vigente, almejando um “espírito empreendedor” nos mesmos, a fim de conquistarem as tão cobiçadas “autonomia” e “cidadania”.

É imprescindível enfatizar ainda, que as pessoas dependentes de crack são extremamente estigmatizadas nesta sociedade. Cabe aqui, citar Gofman (1978): “estigma – a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”.

Quando se refere às pessoas dependentes de crack, que permanecem nas chamadas “cracolândias”, identificados pela maioria da nossa sociedade como “cracudos”, adquirem um rótulo depreciativo, que restringe ou até mesmo anula, o seu direito a terem direitos.

É verdade que as pessoas que apresentam problemas com drogas, adquirem rótulos negativos e condenatórios, através de estratégias de culpabilização e condenação moral, e isto acarreta em uma espécie de “morte social” destes sujeitos (OLIEVENSTEIN, 1997).

Além do mais, um dependente de crack não se enquadra em grande parte como um “cidadão-consumidor” (BEHRING, 2009) na sociedade de consumo capitalista, considerando que quanto maior o grau de dependência do crack, o consumo vai ficando mais restrito a droga.

Segundo Saporì (2010, p. 406), “a mídia desempenharia o papel protagonista de estabelecer e legitimar a demonização do *crack*, localizando e culpabilizando o indivíduo, de forma que o debate seja desviado da dimensão socioeconômica, política, jurídica, clínica e cultural”. A autora pontua ainda que:





# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



O crack é uma substância que dá à pobreza acesso ao sonhado consumo contemporâneo e, principalmente, permite a essa categoria escapar temporariamente da rotina e mazelas do cotidiano [...] torna-se, então, o bode expiatório dos grandes problemas da sociedade contemporânea, e a mídia, portavoz de um discurso ideológico predominante, definidora da agenda de assuntos que serão levados à sociedade. As notícias apresentam territórios como as crackolândias, por exemplo, como espaços típicos de violência e delinquência, ignorando a organicidade existente ali...(Ibidem)

E é nesse cenário repleto de *novas* estratégias do capital para manter a sua hegemonia, de crise do capitalismo mundial, de intensificação da violência, da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, diante de uma reação neoconservadora, que é gestada e se desenvolve a política de atuação com os dependentes de crack.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta sociedade, tendo em vista “a lei do desenvolvimento desigual e combinado” (NOVACK, 1988), há que se analisar que os “dois processos – desigualdade e combinação” estão “integralmente relacionados e interpenetrados” (ibidem, p. 45), portanto, tudo o que acontece na mesma é consequência desta desigualdade combinada.

A fim de se evitar uma leitura simplificadora das relações sociais no que se concerne à temática abordada, é imprescindível pontuar que: “a visão das drogas como origem dos males é uma ideia em relação à qual eu me oponho de forma substantiva, sobretudo quando a trazemos para o campo da intervenção social” (GARCIA, 2003, p.199), porque a droga foi, é, e sempre será um objeto de consumo da sociedade, sendo uma questão a ser problematizada dependendo do sujeito que a utiliza, a forma que o faz e sobre qual contexto se dá este uso, afinal, “não é possível pensar em um perfil drogadicto sem levar em conta aspectos da sociabilidade que organizam o lugar deste indivíduo nessa sociedade” (ibidem, p. 208).

É claro que os cenários de uso do crack evidenciam a dívida social que esta ordem social desigual e combinada tem produzido, incidindo de forma particular na vida de muitas pessoas.

Evidentemente que as crackolândias causam tanto incômodo, espanto, horror, afastamento, entre inúmeros outros sentimentos, sobre como pessoas conseguem



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



sobreviver em ambientes tão hostis, onde valores básicos da organização social inexistem, como higiene e privacidade?

Outros questionamentos tais como os realizados a seguir são extremamente pertinentes acerca dos usuários de crack: de que maneira estas pessoas ficam semelhantes a “zumbis”, como o senso comum as caracteriza? Ou mais: “por que alguém começa a usar crack, mesmo conhecendo as suas consequências?”<sup>4</sup> Será através da “pedagogia do medo” que se dará conta da dependência do crack ou através de uma proposta pedagógica alternativa? (GARCIA, 2003).

Contudo, há que se considerar que: “...os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX e ENGELS, 1991, p. 39). E as pessoas que coabitam os espaços das chamadas cracolândias, ficam em sua maioria, restritas ao consumo de drogas, sobretudo, do crack, fazendo-se necessária uma intervenção qualificada com as mesmas para que voltem a ter condições de protagonizarem novas histórias em suas vidas.

Enfim, é fundamental observar que: “...o véu da alienação dificulta a opinião pública de apreender que não se trata de um problema de incompetência moral individual, mas de uma fenda aberta pela barbárie estrutural do capital” (LIMA, CARRILHO e TAVARES, 2013, p.15).

Em suma, em um cenário no qual “...a penalização da pobreza fragmenta a cidadania segundo as linhas de classe” e de “insegurança social” (WACQUANT, 2012: 38) baseada, dentre outros motivos, na falsa “epidemia do crack”, os dependentes desta droga são marginalizados pela sociedade e ganharam visibilidade recente pelo Poder Público, pelo fato do crescente aumento dos seus usuários e da dependência desta droga ter se tornado uma das mais complexas facetas da questão social a ser enfrentada na atualidade do município do Rio de Janeiro e de outros municípios brasileiros.

## 4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

<sup>4</sup> Vide: “Crack: um novo olhar – A experiência do CIEDS com crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas”- 2013



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



ACSERALD, Gilberta. *A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre o uso de drogas*. In: \_\_\_\_ (Org.). *Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

BRASIL. Crack: é possível vencer. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home>. Acessado em 10 de setembro de 2013.

BUCHER, Richard. *As dimensões sociais do consumo de drogas e a juventude*. In: *Drogas e Drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Conselho Federal de Entorpecentes. *Proposta para uma Política Nacional de Drogas*. Ministério da Justiça, 1992.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968.

FONTES, Virgínia. *O imperialismo brasileiro*. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO et al. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009.

GARCIA, Joana. *A pedagogia do medo e o combate à prática da drogadição*. In: *Sociedade e Políticas – novos debates entre ONGs e universidade*. Editora Revan, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª Ed., 1978.

GONÇALVES, Georgiana G. R. *A toxicomania e a busca da felicidade na sociedade de consumo*. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M.; MATIAS, R. (Orgs.). *Drogas e pós-modernidade – faces de um tema proscrito*, v.1, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, K.R.S.L.; MARTINS, A.S. – *Pressupostos, princípios e estratégias*. In: *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã. 2005.

LIMA, R.C.C.; CARRILHO, L. K.S.; TAVARES, P. S.B. – *Políticas Sociais sobre o crack no Rio de Janeiro*. In: *As transformações do Estado no mundo de hoje*. LOCAL, 2013. Anais do 1º Encontro Internacional de Política Social e 8º Encontro Nacional de Política Social. Vitória/ES.

MARX, K e Engels, F. "A Ideologia Alemã". (I- Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 8ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996, Livro I, v. I.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Livro I, v. II.

MELO, Adriana A S de. *Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico*. In: A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. SP: Xamã. 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia*. In: A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. SP: Xamã. 2005.

NOVACK, George. A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade. São Paulo, Editora Rabisco, 1988.

OLIEVENSTEIN, Claude. *"Toxicomania, exclusão e marginalidade."* In: Toxicomania: Abordagem multidisciplinar. (orgs) BATISTA, Marcos e INEM, Clara. RJ, NEPAD/UERJ, Sette Letras, 1997.

OLIEVENSTEIN, Claude. *Uma interrogação sobre a dependência*. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M.; MATIAS, R. (Orgs.). Drogas e pós-modernidade – faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003. 1v.

OLIVEIRA, Claudete J de. *O enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas pelo brasileiro*. In: BRAVO, M. I.; VASCONCELOS, A. M.; GAMA, A.; MONNERAT, G. (Orgs.). Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano de Trabalho do Serviço Especializado de Abordagem Social Itinerante / Projeto de acompanhamento socioassistencial das pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, 2013.

SAMPAIO JR; Plínio de Arruda. *Capitalismo do século XXI: crise e barbárie*. In: BEOZZO, J. O. & VOLANIN, C. J. Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável. São Paulo. Cortez, 2009.

SAPORI, L. F. MEDEIROS, R. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; 2010.

VOMERO, Maria Fernanda. *Independência ou morte*. In: Revista Super Interessante, Ano 15, março de 2001.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



WACQUANT, Loic. *Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social*. In: BATISTA, Vera Malaguti. Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro. Revan, 2012.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? Revista Praia Vermelha n.º. 18: Política Social e Serviço Social elementos históricos de debate atual. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2005.